



BATALHA
MUNICÍPIO



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2020

Município da Batalha

RELATÓRIO DE GESTÃO

DO MUNICÍPIO DA BATALHA

EXERCÍCIO DE 2020

Índice

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I – Organização Municipal.....	8
1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços.....	8
CAPÍTULO II – Recursos Humanos.....	12
1. Estrutura de Recursos humanos	12
CAPÍTULO III – Análise Orçamental e Económico-Financeira.....	17
1. Análise Orçamental.....	17
1.1 Execução Orçamental da Receita.....	17
1.2 Execução Orçamental da Despesa	19
1.3 Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano.....	21
1.4 Resultado Orçamental	23
1.5 Principais Indicadores Orçamentais.....	25
2. Análise Económico-Financeira.....	26
2.1. Balanço	26
2.2. Demonstração de Resultados.....	29
2.3. Endividamento	33
2.3.1. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento (Breve Evolução).....	34
2.4. Indicadores Económico-Financeiros	36
CAPÍTULO IV – Contabilidade de Gestão	37
1. Análise de Custos por Funções.....	37
CAPÍTULO V – Proposta Aplicação de Resultados.....	39
CAPÍTULO VI – Impacto da Pandemia – COVID-19	39
CAPÍTULO VII – Considerações Finais	41

Índice de Quadros

Quadro 1 - Efetivo Total distribuído por Relação de Vínculo	13
Quadro 2 - Admissões de Colaboradores	14
Quadro 3 - Saídas de Colaboradores.....	14
Quadro 4 - Custos com Pessoal	15
Quadro 5 - Limite Legal _ Custos com Pessoal	16
Quadro 6 - Absentismo	16
Quadro 7 - Execução da Receita (orçada, liquidada e cobrada).....	17
Quadro 8 - Receita Fiscal e Taxas (orçada, liquidada e cobrada).....	18
Quadro 9 - Execução da Despesa	19
Quadro 10 - Comparativo da Despesa (2020 – 2019)	20
Quadro 11 - Transferências Correntes e de Capital Concedidas.....	21
Quadro 12 - Execução das Grandes Opções do Plano.....	22
Quadro 13 - Fontes de Financiamento dos Investimentos	23
Quadro 14 - Receita / Despesa	24
Quadro 15- Poupança Corrente do Exercício.....	24
Quadro 16 - Regra de Equilíbrio Orçamental.....	25
Quadro 17 - Indicadores Orçamentais	25
Quadro 18 - Balanço	27
Quadro 19 - Evolução do ativo	28
Quadro 20 - Evolução do passivo.....	29
Quadro 21 - Demonstração de Resultados	30
Quadro 22 - Evolução dos gastos.....	31
Quadro 23 - Evolução dos rendimentos.....	32
Quadro 24 - Dívidas a terceiros	33
Quadro 25 - Cálculo do Endividamento	35
Quadro 26 - Evolução dos indicadores económico-financeiros	36
Quadro 27 – Gastos por funções	38

(Página propositadamente deixada em branco)

INTRODUÇÃO

A necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas deu lugar à reforma da contabilidade e contas públicas, como forma de colmatar um conjunto de fragilidades do modelo anterior. Com a publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Autarquias Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação encontra-se lançada a reforma da gestão pública.

O SNC-AP, implementado no Município da Batalha em 2020, traduz uma mudança de paradigma na contabilidade pública, através da aplicação de um conjunto de princípios consistentes com os aplicados nas entidades privadas (SNC) e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS).

A aplicação de um único normativo para as administrações públicas, resolve assim o problema da fragmentação dos Planos Sectoriais e as inconsistências até agora existentes, permitindo uma uniformização e coerência da informação entre todas as entidades que consolidam nas Contas Nacionais.

Este sistema passa a integrar um modelo multidimensional que interliga de forma consistente a contabilidade Orçamental, Patrimonial e de Gestão, com base numa estrutura conceptual e num conjunto de normas que ditam os princípios associados ao reconhecimento e à mensuração dos diferentes elementos das demonstrações financeiras.

O SNC-AP visa permitir o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, possibilitando o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos.

Para além da implementação do novo sistema contabilístico, o ano de 2020 trouxe ao Município da Batalha um novo e penoso desafio, face à situação de emergência internacional de saúde pública, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), relacionada com a pandemia provocada pela Covid-19. Em resposta aos impactos que se têm vindo a sentir, foi necessário implementar medidas excecionais e temporárias, por forma a promover a capacidade de resposta das autarquias locais aos efeitos da pandemia.

A atividade municipal tem vindo assim a sofrer o impacto da pandemia em várias dimensões, nomeadamente na estrutura das despesas e receitas, na adaptação operacional dos serviços e no exercício de competências. Os desafios que se colocaram em 2020 tiveram necessariamente um impacto muito relevante, quer do lado da receita, quer do lado da despesa, com consequências em termos de resultado do exercício.

O Município da Batalha assumiu um papel muito relevante na implementação das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia, através da implementação de uma multiplicidade de respostas que foram beneficiárias as famílias, as instituições e as empresas.

É neste contexto, e através do presente relatório, que apresentamos as Contas Públicas do MUNICÍPIO DA BATALHA referentes ao exercício de 2020, projetadas com rigor, transparência, equilíbrio financeiro e orçamental e na salvaguarda dos elementares princípios da legalidade.

CAPÍTULO I – Organização Municipal

1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços

Câmara Municipal

Constituída por 7 membros (1 Presidente e 6 Vereadores) e, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua atual redação, o mandato dos órgãos das Autarquias Locais têm a duração de quatro anos.

Executivo Municipal (início de funções a 16/10/2017)



Presidente: Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

Pelouros: Administração Geral e Planeamento Estratégico; Recursos Humanos; Desenvolvimento Económico e Emprego; Ação Social e Saúde; Obras Municipais; Obras Particulares (coadjuvado pela Vereadora Liliana Moniz); seniores e Habitação Social; Reforma Organizacional; Segurança e Proteção Civil; Freguesias, Cultura e Museu Municipal; Bibliotecas e Arquivo Histórico Municipal; Setor Empresarial local; Concessões Municipais e Parcerias Público-Privadas; Modernização Administrativa; Mobilidade e Transportes Urbanos; Candidaturas aos Fundos Estruturais.



Vice-Presidente: André da Costa Loureiro

Pelouros: Educação, Desporto e Tempos Livres; Ambiente, Eficiência Energética e Comunidade Sustentável; Juventude e Empreendedorismo; Associativismo e Equipamentos Desportivos; Informática e Sistemas de Informação; Marketing e Portal Municipal.



Vereador em Regime de Não Permanência: Carlos Agostinho Costa Monteiro

Pelouros: Sem pelouro atribuído



Vereador em Regime de Não Permanência: Carlos Emanuel Oliveira Repolho

Pelouros: Sem pelouro atribuído.



Vereadora em Regime de Permanência: Liliana Pereira Moniz

Pelouros: Turismo; Arquivo Histórico Municipal; Defesa do Consumidor; Reabilitação e valorização Urbana; Projeto Academia Sénior e Coadjuvar o Presidente da Câmara nos Licenciamentos Urbanísticos.



Vereador em Regime de Não Permanência: Horácio Moita Francisco

Pelouros: Sem pelouro atribuído.



Vereador em Regime de Permanência (meio tempo): Germano dos Santos Pragosa

Pelouros: Obras Correntes, Armazéns e Oficinas (DAME); Mercados e Venda Ambulante; Parque de Viaturas, Transportes e Logística; Cemitérios; Toponímia, Sinalética e Trânsito; Direitos dos Animais, Canil e Gatil.

Assembleia Municipal

Deputados Municipais Eleitos*

Júlio Ribeiro Órfão	Presidente
Ana Cristina Duarte Caleira Barraca	1º Secretário
Luciano Pedrosa Gonçalves	2º Secretário
Fernando José Lopes de Oliveira	
Alfredo Monteiro de Matos	
Francisco Manuel dos Santos Coutinho	
Augusto Neves do Nascimento	
Elisabete de Jesus Moita	
Luís Miguel Ribeiro Ferraz	
Sérgio Manuel Carreira da Silva	
Leonor Ferreira Faustino	
Sónia Isabel Jordão Costa	
Rita Salomé Pereira Vieira	
Carlos Alberto Monteiro dos Santos	
Rui Manuel Henriques de Oliveira Rodrigues	
Eduardo Alexandre Menezes Prior de Almeida	
Raquel Maria Cunha Ferreira	
Fernando Miguel Rodrigues Marques	
José Lucas Ferreira	
José Armindo Monteiro de Matos	
Cristóvão Mira Ribeiro	
Rosa Maria Almeida Costa Abraúl de Sousa	Presidente da Junta de Freguesia da Batalha
Horácio Manuel Gonçalves de Sousa	Presidente da Junta de Freguesia de Reguengo do Fetal
Marco Alexandre Ribeiro Vieira	Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede
José Moreira Filipe	Presidente da Junta de Freguesia da Golpilheira

*Início de funções a 16/10/2017

Organização dos Serviços

A Organização Interna dos serviços municipais obedece a um **Modelo Estrutural Hierarquizado**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 9º, em conjugação com o art.º 10º do Decreto Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação. A atual estrutura orgânica do município foi aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 22 de junho de 2020, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária do dia 01 de junho de 2020 e publicado em Diário da República n.º 144, 2.ª série de 27 de julho de 2020.

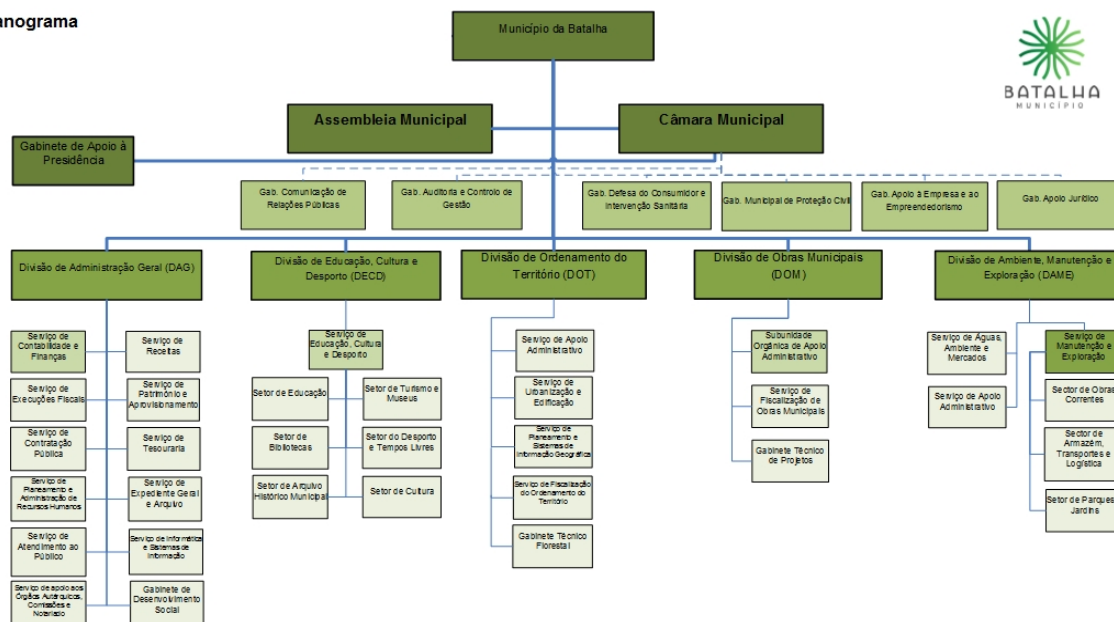
A presente estrutura orgânica tem por finalidade dotar o município de uma estrutura orgânica adequada, com perspetiva de futuro, suportada de um quadro qualificado capaz de responder com os objetivos estratégicos de desenvolvimento municipal, garantindo motivação, condições de trabalho, de eficiência e eficácia.

Pela Assembleia Municipal foi fixada a seguinte estrutura:

- A dotação máxima de Unidades Orgânicas Flexíveis é fixada em **5**, correspondente à seguinte estrutura:
 - Divisão de Ordenamento do Território (DOT);
 - Divisão de Obras Municipais (DOM);
 - Divisão de Ambiente, Manutenção e Exploração (DAME);
 - Divisão de Administração Geral (DAG);
 - Divisão de Educação, Cultura e Desporto (DECD).
- A dotação máxima de Subunidades Orgânicas é fixada em **3**, correspondente à seguinte estrutura:
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Educação, Cultura e Desporto;
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Contabilidade e Finanças;
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Obras Municipais.

Da qual resultou o seguinte organograma dos serviços:

Organograma



Modelo Estrutural Hierarquizado – Conforme Dec. Lei 305/2009, de 23 de Outubro

CAPÍTULO II – Recursos Humanos

1. Estrutura de Recursos humanos

Controlo do Mapa de Pessoal

Em 31 de dezembro, a estrutura de recursos humanos era composta por 227 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

- 8 Professores de Natação, cuja relação de vínculo é a título resolutivo por tempo determinado;
- 49 trabalhadores (pessoal não docente) transferidos para o Município em regime de mobilidade no âmbito da contratualização de competências da administração central para a administração local (Contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado entre o Ministério da Educação e Ciência e o município da Batalha em 18 de maio de 2015);

- 51 trabalhadores em regime de cedência de interesse público, no âmbito do processo de internalização da atividade da Iserbatalha, E.M. no Município da Batalha à data de 01 de janeiro de 2019, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2018, sob proposta do Executivo Municipal, vertida na deliberação de Câmara n.º 2018/0449/GAP de 19 de novembro de 2018.

- Os restantes estão integrados por tempo indeterminado através do regime de contrato em funções públicas.

O efetivo total da autarquia, distribuído por classes profissionais, está expresso no quadro seguinte:

Quadro1 - Efetivo Total distribuído por Relação de Vínculo

Classes	CT Tmp Indet.	Relação de Vínculo			Total
		Comissão Serviço	CT Termo	Outra	
Dirigentes		5			5
Técnicos Superiores	29		8		37
Assistentes Técnicos	34			16	50
Assistentes Operacionais	95			35	130
Informática	1				1
Outros	1	3			4
TOTAL	160	8	8	51	227

Verificaram-se 28 entradas que dizem respeito às seguintes situações:

- Integração de 24 trabalhadores (4 técnicos superiores, 1 assistente técnico e 19 assistentes técnicos), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Integração de 2 técnicos superiores, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, por motivo de exoneração de cargo de Chefe de Divisão;
- Nomeação em regime de substituição de 2 Chefes de Divisão;

Quadro 2 - Admissões de Colaboradores

Classes	Proc^o Concursal	Comissão Serviço	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes		2		2
Técnicos Superiores	4		2	6
Assistentes Técnicos	1			1
Assistentes Operacionais	19			19
Informática				
Outros				
TOTAL	24	2	2	28

Em contrapartida, registaram-se 35 saídas, das quais destacamos a caducidade de 24 acordos de cedência de cedência de interesse público, no âmbito do processo de internalização da atividade da Iserbatalha, E.M. no Município da Batalha à data de 01 de janeiro de 2019, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2018, sob proposta do Executivo Municipal, vertida na deliberação de Câmara n.º 2018/0449/GAP de 19 de novembro de 2018, 7 contratos a termo dos técnicos superiores de desporto (professores de natação), 2 dirigentes por exoneração do cargo e 2 assistentes operacionais, por motivos de aposentação.

Quadro 3 - Saídas de Colaboradores

Classes	Caducidade CT Termo	Revogação (Mútuo Acordo)	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes			2	2
Técnicos Superiores	1		10	11
Assistentes Técnicos			1	1
Assistentes Operacionais			20	20
Informática				0
Outros			1	1
TOTAL	1	0	34	35

Custos com Pessoal e Afetação do Limite Legal

As despesas orçamentais com pessoal ascenderam a 4,103 milhões de euros, verificou-se um aumento de 1,3%, face ao ano anterior, cerca de 50.908€. Este aumento resultou principalmente da atualização da base remuneratória e do valor das remunerações base mensais da Administração Pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 10-B/2020, de 20 de março, bem como das admissões de trabalhadores no âmbito de procedimentos concursais.

Verifica-se uma diminuição nas rubricas relativas aos Membros dos Órgão Autárquicos e despesas de representação, consequência da reorganização do executivo municipal, saída de um vereador em regime de permanência para vereador em regime de não permanência. As rubricas referentes a deslocações e ajudas de custo, bem como trabalho extraordinário, também sofreram uma diminuição acentuada, consequência do impacto da pandemia provocada pela COVID-19.

Quadro 4 - Custos com Pessoal

Descritivo	2019	2020	Peso %	Var. 19-20
Remunerações Certas e Permanentes	2 912 457	2 922 188	71,2%	0,3%
Membros dos Órgãos Autárquicos	143 529	113 133	2,8%	-21,2%
Pessoal do Quadro	1 489 308	1 681 326	41,0%	12,9%
Pessoal em qualquer outra situação	40 015	52 268	1,3%	30,6%
Pessoal em Regime de tarefa ou avença	36 288	18 108	0,4%	0,0%
Pessoal c/ contrato a Termo Certo	98 893	67 629	1,6%	-31,6%
Pessoal acordo de cedência	643 659	521 069	12,7%	100,0%
Rem. Doença e maternidade/paternidade	38 482	27 954	0,7%	-27,4%
Subsídio de Férias e de Natal	422 282	440 702	10,7%	4,4%
Outras Despesas c/ Pessoal	336 063	308 884	7,5%	-8,1%
Deslocações e Ajudas de Custo	7 832	2 115	0,1%	-73,0%
Trabalho Extraordinário	29 983	16 000	0,4%	-46,6%
Subsídio de Refeição	241 489	238 400	5,8%	0,0%
Abonos para falhas	2 307	2 192	0,1%	-5,0%
Abonos e Senhas Presença	12 635	15 107	0,4%	19,6%
Representação	41 817	35 070	0,9%	-16,1%
Segurança Social	803 945	872 299	21,3%	8,5%
Pensões	3 549	3 028	0,1%	-14,7%
Encargos com a Saúde	75 265	111 792	2,7%	48,5%
Subsídio familiar a crianças e jovens	7 826	7 865	0,2%	0,5%
Contribuições Segurança Social - Regime Geral	401 249	217 391	5,3%	-45,8%
Contribuições Segurança Social Func. Públicos	281 613	493 828	12,0%	75,4%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0	0,0%	0,0%
Seguros de Pessoal	34 444	38 396	0,9%	11,5%
TOTAL	4 052 464	4 103 372	100%	1,3%

Quadro 5 - Limite Legal _ Custos com Pessoal

Ano referência	2019	2020
Nº Efetivos (Trabalhadores)	231	227
Custo Médio por Efetivo	17 543	18 077
<i>Limite Legal de Afetação Receita Corrente</i>	39,3%	36,7%
(*) Segundo D.L. 116/84 e 44/85, o limite legal de afetação dos custos com pessoal sobre receitas correntes do ano anterior ao respetivo exercício é de 60%.		
% Afetação do Limite Legal (D.L.116/84 e 44/85)	65,5%	61,2%

No ano em análise verifica-se uma redução do número de colaboradores, mantendo-se o limite legal imposto pelos D.L. nº 116/84 e 44/85. O limite foi parcialmente utilizado em 61,20%, registando-se uma redução de cerca de 4% do nível de afetação em relação a período homólogo do ano anterior. O indicador traduz o peso relativo dos custos com pessoal face à receita corrente do ano anterior ao respetivo exercício.

Nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, e da Lei n.º 2/2020 de 31/03 (LOE/2020), as Autarquias Locais podem proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos seguintes termos:

- Cumprimento das regras de Equilíbrio Orçamental;
- Cumprimento dos limites de endividamento;
- Sustentabilidade das respetivas finanças locais.

Absentismo / Assiduidade

O absentismo, traduzido no número de dias de ausência por faltas atingiu os 2.720 dias, uma redução de 225 dias em relação ao ano 2019.

Quadro 6 - Absentismo

Classes	Dias de Absentismo (faltas)							Total Faltas Dias
	Casamento	Falecimento Familiar	Doença	Por Acidentes Trabalho	Assistência Família	Trabalhador Estudante	Outros	
Dirigentes								
Técnicos Superiores		6	966		80			1 052
Assistentes Técnicos		11	298	44	20			373
Assistentes Operacionais		50	957	241	47			1 295
Informática								
Outros								
TOTAL		67	2 221	285	147	-	-	2 720

CAPÍTULO III – Análise Orçamental e Económico-Financeira

1. Análise Orçamental

1.1 Execução Orçamental da Receita

No exercício de 2020 verificou-se um aumento das receitas cobradas líquidas em cerca de 7,96%, relativamente ao ano anterior. As receitas correntes registaram uma diminuição na ordem de 166 mil euros, devido à redução da rubrica de Impostos Indiretos, Rendimentos de Propriedade e Venda de Bens e Serviços Correntes, ficando esta redução a dever-se em grande parte à diminuição da atividade económica que se fez sentir, em resultado dos efeitos da Pandemia associada à doença COVID-19.

As receitas cobradas ascenderam aos 14,64 milhões de euros, significando uma taxa de execução orçamental na ordem dos 79,20%, verificando-se uma diminuição nominal de 6,2 pontos percentuais em relação ao ano passado.

Quadro 7 - Execução da Receita (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2019					Exercício 2020				
	Orçada	Liquidada	Cobrada (Líquida)	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Liquidada	Cobrada (Líquida)	Desvio (valor)	Tx.Exec.
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	[1]	[2]	[3]	5 = [3-1]	6 = [3/1]
01 Impostos Diretos	3 176 741	3 232 396	3 129 276	-47 465	98,5%	3 224 591	3 357 873	3 307 651	83 060	102,6%
02 Impostos Indiretos	111 429	215 108	215 108	103 679	193,0%	72 622	72 622	72 622	0	100,0%
04 Taxas, Multas O. Penalidades	643 976	654 031	651 305	7 329	101,1%	743 659	774 830	773 121	29 462	104,0%
05 Rendimentos de Propriedade	827 733	793 219	790 589	-37 144	95,5%	675 145	651 266	666 397	-8 748	98,7%
06 Transferências Correntes	5 427 869	5 508 243	5 531 568	103 699	101,9%	5 588 234	5 747 392	5 748 278	160 044	102,9%
07 Venda Bens e Serviços Cor.	665 454	812 209	753 501	88 047	113,2%	625 001	354 154	335 587	-289 414	53,7%
08 Outras Receitas Correntes	2 647	6 287	6 069	3 422	229,3%	2 392	9 435	7 275	4 883	304,2%
Receitas Correntes	10 855 849	11 221 492	11 077 417	221 568	102,0%	10 931 644	10 967 572	10 910 931	-20 713	99,8%
09 Venda Bens Investimento	168 303	14 200	14 200	-154 103	8,4%	168 870	0	0	-168 870	0,0%
10 Transferências de Capital	3 504 991	1 421 337	1 421 337	-2 083 654	40,6%	4 094 947	2 528 353	2 528 353	-1 566 594	61,7%
11 Ativos Financeiros				0				0	0	0,0%
12 Passivos Financeiros	834 857	545 043	545 043	-289 814		2 420 000	327 861	327 861	-2 092 140	13,5%
13 Outras Receitas de Capital	10 000	544	544	-9 456	5,4%	8 258	4 560	4 560	-3 698	55,2%
Receitas Capital	4 518 151	1 981 124	1 981 124	-2 537 027	43,8%	6 692 075	2 860 773	2 860 773	-3 831 302	42,7%
15 Reposições Não Abat Pag.s	1 000	1 383	1 383	383	138,3%	500	674	676	176	135,2%
Saldo da Gerência Anterior	499 008	499 008	499 008	0	100,0%	865 710	865 710	865 710	0	100,0%
Total	15 874 008	13 703 007	13 558 932	-2 315 076	85,4%	18 489 929	14 694 729	14 638 090	-3 851 839	79,2%

Comparando a execução/cobrança da receita face ao previsto no orçamento, verifica-se que os desvios decorrem na generalidade das rubricas, verificando-se uma acentuada diminuição na rubrica das transferências de capital e Vendas de Bens e Serviços Correntes. Verifica-se um ligeiro desvio negativo no total das receitas correntes 0,19%, bem como um desvio negativo nas receitas de capital, cerca de 57,25%, devido à morosidade na validação da despesa de projetos financiados no âmbito do PORTUGAL 2020, bem como, na não utilização dos empréstimos bancários aprovados no âmbito do IFRRU e do financiamento da obra “Pavilhão Desportivo Municipal de São Mamede”.

O grau de execução dos impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades, bem como as transferências correntes, superaram a previsão orçamental em 2,6%, 4,0% e 2,9%, respetivamente.

Quadro 8 - Receita Fiscal e Taxas (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2019				Exercício 2020				Var. (%)
	Orçada	Cobrada líquida	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Cobrada líquida	Desvio (valor)	Tx. Exec.	RC '20-19
	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	
IMI - Imposto Municipal Imóveis	1 696 472	1 680 456	-16 016	99,1%	1 686 161	1 762 958	76 797	104,6%	4,9%
IUC - Imposto Único Circulação	458 078	497 836	39 758	108,7%	481 281	474 990	-6 291	98,7%	-4,6%
IMT - Imposto Municipal Transm. O. Imóveis	623 617	463 482	-160 135	74,3%	586 890	577 399	-9 491	98,4%	24,6%
Derrama	398 574	487 502	88 928	122,3%	470 258	492 304	22 046	104,7%	1,0%
Impostos Diretos	3 176 741	3 129 276	-47 465	98,5%	3 224 590	3 307 651	83 061	102,6%	5,7%
Mercados e Feiras	40 635	43 575	2 940	107,2%	6 318	6 318	0	100,0%	-85,5%
Loteamentos e Obras Urbanização	62 395	62 395	0	100,0%	17 149	17 149	0	100,0%	-72,5%
Ocupação Via Pública	4 564	2 888	-1 676	63,3%	3 625	3 625	0	100,0%	25,5%
Publicidade	42		-42	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Outros Imp. Indirectos	3 965	106 249	102 284	2679,7%	45 530	45 530	0	100,0%	-57,1%
Impostos Indiretos	111 601	215 108	103 506	192,7%	72 622	72 622	0	100,0%	-66,2%
Mercados e Feiras	400	428	28	106,9%	33 063	5 432	-27 631	16,4%	1170,5%
Loteamentos e Obras Urbanização	54 932	47 129	-7 803	85,8%	110 075	118 339	8 264	107,5%	151,1%
Ocupação Via Pública	2 279	1 573	-706	69,0%	4 085	3 643	-442	89,2%	131,6%
Multas, Outras Penalidades e O Taxas	2 165	604	-1 561	27,9%	13 915	31 742	17 827	228,1%	5156,4%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	59 776	49 733	-10 043	83,2%	161 138	159 156	-1 982	98,8%	220,0%
Total	3 348 118	3 394 117	45 999	101,4%	3 458 350	3 539 428	81 078	102,3%	4,3%

As receitas fiscais resultantes de impostos diretos, aumentaram globalmente em 5,7%, cuja tendência ficou a dever-se ao aumento do IMT (24,6%), do IMI (4,9%) e da Derrama (1,0%). O IUC sofreu um decréscimo (-4,6%).

A rubrica “impostos indiretos”, por imposição, do novo normativo foi reclassificada no capítulo 04 – taxas, multas e outras penalidades, conforme a nota explicativa da DGAL “*Registo das Taxas – Alteração do classificador económico da receita - o registo das taxas, independentemente de serem cobradas a pessoas coletivas ou particulares, deve ocorrer no capítulo 04 – taxas, multas e outras penalidades, e não no capítulo 02 – Impostos indiretos*”.

O valor constante na rubrica Multas, Outras penalidades e Outras Taxas, não contempla o valor relativo à taxa de Conservação e tratamento de esgotos, bem como a Recolha e tratamento de lixo no montante de 613.965,41€ por não se tratar de receita fiscal, tendo-se verificado um ligeiro aumento face ao ano anterior (594.837,46€).

Neste agregado de receitas verifica-se um aumento face ao ano anterior (4,3%). Este tipo de receita está intrinsecamente relacionado com o índice de atividade local.

1.2. Execução Orçamental da Despesa

Como se pode aferir, o grau de execução do orçamento da despesa atingiu os 72,40%. Em relação ao ano de 2019, verifica-se um aumento das dotações corrigidas, no montante global de 2.615.921€, e, por conseguinte, um aumento da despesa comprometida de 1.343.551€, com reflexos na despesa faturada, cujo aumento foi de 455.036,19€, e consequentemente os pagamentos também aumentaram em 580.561,58€, devido ao acréscimo de investimento, verificado na rubrica, aquisição de bens de capital, bem como nos apoios concedidos no âmbito da pandemia COVID-19, verificados nas rubricas, transferências correntes e de capital.

Nos termos da Lei dos Compromissos, e na determinação dos fundos disponíveis de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2020, existe a obrigatoriedade do registo dos compromissos para os seis meses seguintes, daí a despesa comprometida e não paga, incluindo o valor dos compromissos para exercícios futuros resultar num valor global de 8.764.931€ incluindo despesas certas e permanente e contratos plurianuais.

Quadro 9 - Execução da Despesa

	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprometida no exercício	Despesa Paga	Desvio	Taxa Execução (%)	Comprometida e Não Paga
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	6 = [2-3]
01 Pessoal	4 579 246	4 295 036	4 103 372	-475 874	89,6%	191 665
02 Aquisição de bens e Serviços	6 273 021	5 718 188	4 467 211	-1 805 810	71,2%	1 250 977
03 Juros e Outros encargos	30 428	29 212	14 392	-16 036	47,3%	14 821
04 Transferências Correntes	1 257 294	1 070 849	895 698	-361 595	71,2%	175 151
05 Subsídios	0	0	0	0		0
06 Outras Despesas Corrente	188 261	154 276	135 756	-52 505	72,1%	18 519
Despesas Correntes	12 328 250	11 267 561	9 616 429	-2 711 821	78,0%	1 651 133
07 Aquisição de Bens de Capital	4 691 436	3 567 987	2 919 363	-1 772 072	62,2%	648 624
08 Transferência de Capital	899 681	757 874	295 884	-603 797	32,9%	461 990
09 Ativos Financeiros	23 792	0	0	-23 792	0,0%	0
10 Passivos Financeiros	546 270	546 270	546 270	0	100,0%	0
11 Outras Despesas Capital	500	0	0	-500	0,0%	0
Despesas Capital	6 161 679	4 872 131	3 761 517	-2 400 162	61,0%	1 110 614
Total	18 489 929	16 139 692	13 377 946	-5 111 983	72,4%	2 761 747

Quadro 10 - Comparativo da Despesa (2020 – 2019)

	2019			2020			Var. % DR 2020-2019
	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	
01 Pessoal	4 052 464	4 071 952	30,9%	4 103 372	4 148 763	30,4%	1,9%
02 Aquisição de bens e Serviços	4 947 999	5 152 447	39,1%	4 467 211	4 589 708	33,7%	-10,9%
03 Juros e Outros encargos	14 661	14 661	0,1%	14 392	14 392	0,1%	-1,8%
04 Transferências Correntes	675 080	685 873	5,2%	895 698	896 147	6,6%	30,7%
05 Subsídios	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%
06 Outras Despesas Corrente	272 350	278 013	2,1%	135 756	136 720	1,0%	-50,8%
Despesas Correntes	9 962 555	10 202 946	77,4%	9 616 429	9 785 730	71,8%	-4,1%
07 Aquisição de Bens de Capital	2 410 755	2 552 727	19,4%	2 919 363	3 008 857	22,1%	17,9%
08 Transferência de Capital	210 202	212 159	1,6%	295 884	295 884	2,2%	39,5%
09 Ativos Financeiros	42 108	42 108	0,3%	0	0	0,0%	-100,0%
10 Passivos Financeiros	171 763	171 763	1,3%	546 270	546 270	4,0%	218,0%
11 Outras Despesas Capital	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
Despesas Capital	2 834 829	2 978 758	22,6%	3 761 517	3 851 011	28,2%	29,3%
Total	12 797 384	13 181 704	100,0%	13 377 946	13 636 740	100,0%	3,5%

A despesa de capital aumentou cerca de 29,3% relativamente ao ano de 2019, resultado essencialmente da rubrica passivos financeiros, devido ao aumento do serviço da dívida (amortizações) com os empréstimos bancários de médio e longo prazo (246.270€). Acresce, ainda, a utilização de 300.000€ do empréstimo bancário de curto prazo, em modalidade de conta corrente, aprovado até ao montante máximo de 500.000€, para fazer face aos pagamentos a fornecedores e apoio à economia local no âmbito da situação pandémica COVID-19, cujo reembolso foi realizado na totalidade do ano de 2020.

A rubrica - transferências de capital aumentaram cerca de 39,5%, resultado da concessão de apoios às Instituições sem fins lucrativos, no âmbito do Programa Municipal de Apoio ao Associativismo (PMAA).

Verifica-se, também, um aumento da rubrica com a aquisição de bens de capital (17,9%), devido à forte política de investimento público.

Quadro 11 - Transferências Correntes e de Capital Concedidas

	Exercício 2019		Exercício 2020	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Transferências Correntes				
Instituições sem fins lucrativos (Apoios ao Associativismo)	384 421	43,42%	379 353	31,84%
Freguesias	38 258	4,32%	39 358	3,30%
Administração Central (Agrup.Esc.)	199 471	22,53%	216 751	18,19%
Outras Transf ^{as}	52 930	5,98%	260 236	21,84%
Transferências de Capital				
Instituições sem fins lucrativos (Apoios ao Associativismo)	90 340	10,20%	177 063	14,86%
Freguesias	116 698	13,18%	68 135	5,72%
Administração Central (Hospital Sto André)	0	0,00%	50 000	4,20%
Outras Transf ^{as}	3 164	0,36%	686	0,06%
Total	885 282		1 191 583	

Os apoios concedidos a instituições sem fins lucrativos (apoio ao associativismo) realizados em 2020 foram na ordem dos 556.416€ (Transferências correntes e Capital) e tiveram larga expressão no cômputo geral das transferências. No ano anterior foi paga despesa por conta do Programa Municipal de Apoio ao Associativismo (PMAA) na ordem dos 474.761€.

As transferências para as Juntas de Freguesia foram de 107.493€, verificando-se uma diminuição relativamente ao ano de 2019.

Verifica-se um aumento significativo na rubrica “outras transferências”, cerca de 205 mil euros, face ao período homólogo. Este aumento, iniciado em março 2020, resultou essencialmente da contínua necessidade de fazer face aos apoios concedidos, resultantes dos impactos causados pela situação pandémica do Covid-19.

1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano atingiu os 84%. Obtivemos um índice de eficiência orçamental bastante elevado, devido a uma programação mais ajustada dos fundos disponíveis.

Quadro 12 - Execução das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO/PROGRAMA	DESPESA		Dotação		Taxa Exec. D=[B/C]
	Faturada [A]	Paga	Comprom. [B]	Definida [C]	
1 FUNÇÕES GERAIS	698 275	671 369	821 803	965 791	85%
111 Administração Geral	517 119	490 213	622 038	716 979	87%
121 Proteção Civil e Luta contra Incêndios	181 156	181 156	199 765	248 812	80%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	5 303 652	5 240 029	6 292 695	7 484 702	84%
211 Ensino Não Superior	415 791	412 261	440 722	448 450	98%
212 Serviços Auxiliares de Ensino	451 181	443 563	660 810	682 935	97%
221 Serviços Individuais de saúde	21 768	21 768	34 109	128 500	27%
232 Ação Social	252 067	251 649	476 425	511 900	93%
241 Habitação	686	686	1 670	4 000	42%
242 Ordenamento do território	1 614 772	1 577 261	1 772 432	2 147 600	83%
243 Saneamento	809 929	809 929	877 420	888 450	99%
244 Abastecimento de Água	0	0	21 164	36 900	57%
245 Resíduos Sólidos	845 109	845 109	927 405	927 553	100%
246 Proteção Meio Ambiente Conserv. Natureza	105 226	103 795	114 993	474 190	24%
251 Cultura	320 855	315 680	376 229	495 550	76%
252 Desporto Recreio e Lazer	466 267	458 327	589 318	738 674	80%
253 Outras Atividades Cívicas e Religiosas					
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	496 331	474 483	777 670	955 251	81%
320 Indústria e Energia	0	0	47 096	112 921	42%
331 Transportes Rodoviários	496 331	474 483	730 574	797 680	92%
340 Comércio e Turismo	0	0	0	1 000	0%
342 Turismo	0	0	0	40 150	0%
350 Outras Funções Económicas	0	0	0	3 500	0%
4 OUTRAS FUNÇÕES	353 762	353 762	606 801	731 383	83%
410 Operações da Dívida Autárquica	246 270	246 270	246 270	270 062	91%
420 Transferências entre Administrações	107 492	107 492	360 531	461 321	78%
TOTAL	6 852 021	6 739 643	8 498 970	10 137 127	84%
RESUMO :					
1 FUNÇÕES GERAIS	698 275	671 369	821 803	965 791	85%
2 FUNÇÕES SOCIAIS	5 303 652	5 240 029	6 292 695	7 484 702	84%
3 FUNÇÕES ECONÓMICAS	496 331	474 483	777 670	955 251	81%
4 OUTRAS FUNÇÕES	353 762	353 762	606 801	731 383	83%
TOTAL	6 852 021	6 739 643	8 498 970	10 137 127	84%

A capacidade financeira subjacente a baixos níveis de endividamento e o equilíbrio de tesouraria atingido constituíram os fatores determinantes da sustentabilidade financeira do Município, capacitando-o para a concretização do seu plano plurianual de investimentos. No mapa da execução das Grandes Opções do Plano, retratámos os *objetivos estratégicos* da gestão autárquica nas vertentes da educação, cultura, desporto, ação social, desenvolvimento urbanístico, valorização da qualidade do

ambiente, abastecimento público de água, infraestruturas rodoviárias, de entre outras funções e atribuições do Município.

O Plano revela a realização de despesa que ascende os 8,5 milhões de euros, sendo a expressão das prioridades definidas pelo Executivo.

Os principais investimentos foram realizados no domínio do ordenamento do território, do saneamento e resíduos sólidos urbanos, dos transportes rodoviários e do desporto recreio e lazer. No mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes estão evidenciados os projetos com maior representatividade na execução da despesa (ver anexo: Mapas Orçamentais). Os investimentos realizados, constantes no PPI, foram assegurados pelas seguintes fontes de financiamento:

Quadro 13 - Fontes de Financiamento dos Investimentos

	Exercício 2019		Exercício 2020	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Empréstimos Bancários M/L prazo	545 043	22,6%	327 861	11,2%
Venda de Bens de Investimento	14 200	0,6%	0	0,0%
Transferências de Capital		0,0%		0,0%
FEF K (O.E.)	631 053	26,2%	754 723	25,9%
Contratos-Programa	4 254	0,2%	4 254	0,1%
Fundos Comunitários	786 030	32,6%	1 726 827	59,2%
Outras Receitas de Capital	544	0,0%	4 560	0,2%
Receitas Próprias de Func^a	429 631	17,8%	101 138	3,5%
Investimento Pago	2 410 755	100,0%	2 919 363	100,0%

As principais fontes de financiamento do investimento autárquico no ano de 2020 foram as receitas de fundos comunitários (59,20%), fruto do recebimento dos valores relativos aos projetos co-financiados, seguindo-se as receitas do Orçamento de Estados, designadamente, o Fundo Equilíbrio Financeiro capital e a receita relativa ao art.º 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, na sua atual redação “*variações máximas e mínimas*”.

1.4. Resultado Orçamental

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada e a despesa total paga nos últimos três anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento do ano seguinte. Verifica-se

um significativo aumento do saldo de gerência, a transitar para o exercício seguinte, nos sucessivos anos.

Quadro 14 - Receita / Despesa

Designação	2018	2019	2020
Saldo Gerência Anterior	2 449 713	499 008,00	865 709
Receita Total Cobrada	13 221 852	13 164 085,00	13 772 380
Despesa Total Paga	15 172 557	12 797 383,76	13 377 946
Saldo Gerência Seguinte	499 008	865 709	1 260 144

O princípio do equilíbrio orçamental, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A execução do orçamento do Município da Batalha cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

Quadro 15- Poupança Corrente do Exercício

RECETAS [1]		DESPESAS [2]		POUPANÇA Valor [3] = [1] - [2]		% [3]/[1]
Correntes	10 910 931	Correntes	9 616 429	Correntes	1 294 502	12%
Capital	2 860 773	Capital	3 761 517	Capital	-900 744	-31%

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, determina a regra de equilíbrio orçamental, em que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Para além do bom desempenho financeiro do Município da Batalha evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda, em 2020, o excedente de 1.073.822,19€ obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações médias.

Quadro 16 - Regra de Equilíbrio Orçamental

Designação	Valor
Receita corrente bruta cobrada	10 961 558,61
Despesa corrente	9 616 428,61
Amortizações médias	271 307,81
Equilíbrio Orçamental	1 073 822,19

1.5. Principais Indicadores Orçamentais

Não obstante, a diminuição das receitas próprias de funcionamento, a saúde financeira da Autarquia aumentou, ligeiramente face ao período homologado, passou de 11% para 12%.

Pode-se verificar no mapa seguinte que, a Autonomia Financeira passou de 1.235.150€ para 1.299.738€, face ao ano anterior.

O nível de independência da receita própria face ao exterior é de 79%.

Quadro 17 - Indicadores Orçamentais

INDICADORES	2018	2019	2020
Receitas Fiscais (<i>Imp.Directos + Impostos Ind. + Taxas Multas e Outras Penalid.</i>)	4 108 460	4 099 831	4 153 394
Receitas Próprias de Funcionamento (<i>Rec. Totais - Transf. Capital - Passivos Financeiros</i>)	10 322 933	11 197 705	10 916 167
Serviço da Dívida (<i>Encargos Financeiros + Passivo Financeiro</i>)	102 047	186 425	560 661
Receitas de Funcionamento / Receitas Totais	78%	85%	79%
Autonomia Financeira (<i>Receitas Próprias de Funcion. - Despesas Obrigat. correntes</i>)	924 709	1 235 150	1 299 738
Saúde Financeira (<i>Auton. Financeira / Rec. Próprias de funcionam.</i>)	9%	11%	12%

2. Análise Económico-Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município da Batalha.

2.1. Balanço

Em 2020 o ativo do Município da Batalha, atingiu os 72,2 milhões de euros o que significa um aumento de 2,05 milhões de euros face ao ano anterior (2,9%).

Em relação ao passivo, o Município da Batalha fechou o ano com um valor de 8,01 milhões de euros, sendo constituído em 4,16 milhões de euros por passivo não corrente e em 3,85 milhões de euros por passivo corrente.

O património líquido da autarquia, cifra-se em 64,23 milhões de euros, verificando-se um aumento de 226.808€ face ao ano de 2019, resultado dos ajustamentos de transição para o novo normativo (SNC-AP), cujo impacto negativo foi de cerca de 106.964€.

Quadro 18 - Balanço

Rubricas	NOTAS	SNC-AP	Normativo Anterior
		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	65 386 285,08	67 263 016,99
Propriedades de investimento	8	225 368,90	
Ativos intangíveis	3	370 447,98	468 058,61
Participações financeiras		488 954,08	488 954,08
		66 471 056,04	68 220 029,68
Ativo corrente			
Inventários	10	254 822,48	254 794,52
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 669 572,85	19 514,03
Cientes, contribuintes e utentes		118 367,20	98 619,95
Outras contas a receber		1 888 933,56	252 773,74
Diferimentos		4 408,89	7 798,39
Caixa e depósitos	1	1 838 164,34	1 344 486,06
		5 774 269,32	1 977 986,69
Total do ativo		72 245 325,36	70 198 016,37
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		56 222 653,14	56 222 653,14
Resultados transitados		-5 902 630,74	-6 147 270,88
Outras variações no Património Líquido		15 661 512,20	15 326 750,96
Resultado líquido do período		-1 748 710,54	-1 396 118,09
Total do Património Líquido		64 232 824,06	64 006 015,13
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	215 634,72	133 291,70
Financiamentos obtidos		1 422 906,89	1 642 726,83
Diferimentos		2 062 632,17	2 150 070,86
Outras contas a pagar		458 416,93	407 293,79
		4 159 590,71	4 333 383,18
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		54,32	12 749,12
Fornecedores		252 057,64	354 054,30
Estado e outros entes públicos		55 447,27	80 594,70
Financiamentos obtidos		289 565,52	288 154,86
Fornecedores de investimentos		123 051,26	264 045,61
Outras contas a pagar		1 377 741,52	771 580,78
Diferimentos		1 754 993,06	87 438,69
		3 852 910,59	1 858 618,06
Total do Passivo		8 012 501,30	6 192 001,24
Total do Património Líquido e Passivo		72 245 325,36	70 198 016,37

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo e do passivo.

Quadro 19 - Evolução do ativo

Componentes do Ativo	2020	2019	Δ 2020/2019
Ativos fixos tangíveis	65 386 285,08	67 263 016,99	-2,8%
Propriedades de investimento	225 368,90	0,00	100,0%
Ativos intangíveis	370 447,98	468 058,61	-20,9%
Participações financeiras	488 954,08	488 954,08	0,0%
Ativo Não Corrente	66 471 056,04	68 220 029,68	-2,6%
Inventários	254 822,48	254 794,52	0,0%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 669 572,85	19 514,03	8455,8%
Clientes, contribuintes e utentes	118 367,20	98 619,95	20,0%
Outras contas a receber	1 888 933,56	252 773,74	647,3%
Diferimentos	4 408,89	7 798,39	-43,5%
Caixa e depósitos	1 838 164,34	1 344 486,06	36,7%
Ativo Corrente	5 774 269,32	1 977 986,69	191,9%
Ativo Total	72 245 325,36	70 198 016,37	2,9%

Os ativos fixos tangíveis representam 91% do total do ativo e registaram uma diminuição de cerca de 1,87 milhões de euros. Esta diminuição deve-se sobretudo ao ajustamento da vida útil dos edifícios, no normativo anterior era contabilizada em 80 anos, e passou a ser contabilizada em 50 anos, nos termos do ponto 6 do anexo III do SNC-AP, o Classificador Complementar 2 (CC2) *“Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento”*, com reflexos nas depreciações acumuladas.

A rubrica de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis registaram um aumento significativo, cerca de 1,65 milhões de euros, resultado do reconhecimento dos valores a receber relativos a projetos cofinanciados em curso.

As outras contas a receber, também, registaram um aumento de 1,64 milhões de euros, devido à especialização do valor a receber de IMI em 2021, o qual deve ser considerado como rendimento de 2020.

Quadro 20 - Evolução do passivo

Passivo	2020	2019	Δ 2020/2019
Provisões	215 634,72	133 291,70	61,8%
Financiamentos obtidos	1 422 906,89	1 642 726,83	-13,4%
Diferimentos	2 062 632,17	2 150 070,86	-4,1%
Outras contas a pagar	458 416,93	407 293,79	12,6%
Passivo Não Corrente	4 159 590,71	4 333 383,18	-4,0%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	54,32	12 749,12	-99,57%
Fornecedores	252 057,64	354 054,30	-28,8%
Estado e outros entes públicos	55 447,27	80 594,70	-31,2%
Financiamentos obtidos	289 565,52	288 154,86	0,5%
Fornecedores de investimentos	123 051,26	264 045,61	-53,4%
Outras contas a pagar	1 377 741,52	771 580,78	78,6%
Diferimentos	1 754 993,06	87 438,69	1907,1%
Passivo Corrente	3 852 910,59	1 858 618,06	107,3%
Total do Passivo	8 012 501,30	6 192 001,24	29,4%

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação positiva de 29,4%, que resulta essencialmente do aumento das rubricas do passivo corrente.

A expressiva rubrica dos diferimentos, cujo montante ascende a 1.754.993,06€ diz respeito, fundamentalmente, ao reconhecimento dos rendimentos a reconhecer dos apoios financeiros não reembolsáveis provenientes dos fundos comunitários, cuja execução dos projetos ainda não se encontram concluída.

2.2. Demonstração de Resultados

Pela análise comparativa dos resultados dos exercícios de 2019 e 2020, pode-se concluir que o resultado líquido teve uma variação negativa na ordem dos 353 mil euros, resultado da alteração do critério de reconhecimento dos rendimentos associados às transferências de capital do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, conforme determina o SNC-AP, quando no ano anterior esta transferência era considerada um rendimento do exercício.

Quadro 21 - Demonstração de Resultados

Rendimentos e Gastos	31/12/2020	31/12/2019
Impostos, contribuições e taxas	3 775 027,76	3 978 883,55
Vendas	2 472,80	693,58
Prestações de serviços e concessões	596 335,64	599 323,48
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 748 159,04	6 133 551,31
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-138 301,69	-181 049,14
Fornecimentos e serviços externos	-4 604 879,60	-4 832 098,63
Gastos com pessoal	-4 155 940,43	-4 088 208,70
Transferências e subsídios concedidos	-1 384 670,50	-673 026,44
Provisões (aumentos/reduções)	-83 975,02	
Outros rendimentos	2 163 630,57	1 640 674,42
Outros gastos	-70 822,08	-558 991,15
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	1 847 036,49	2 019 752,28
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-3 577 096,56	-3 395 636,57
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-1 730 060,07	-1 375 884,29
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	-18 650,47	-20 233,80
Resultado antes de impostos	-1 748 710,54	-1 396 118,09
Imposto sobre o rendimento	0,00	
Resultado líquido do período	-1 748 710,54	-1 396 118,09
Resultado líquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da entidade-mãe	0,00	
Interesses que não controlam	0,00	
	0,00	0,00
	-1 748 710,54	-1 396 118,09

Efetuando uma análise aos gastos de 2020, podemos concluir que houve um aumento de cerca de 285.091€ face ao ano de 2019.

As transferências e subsídios correntes concedidos tiveram um aumento de 711.644€ comparativamente com 2019, resultado da política social do executivo municipal nesta altura de pandemia.

Destaca-se também, o aumento dos gastos com as depreciações do exercício que evoluíram em 181.459€ em relação ao ano 2019, que corresponde a um aumento de 5,34%, que se justifica pela forte política de investimento público, assim como do ajustamento da vida útil dos edifícios, nos termos do SNC-AP.

Quadro 22 - Evolução dos gastos

Gastos	2020	2019	Δ 2020/2019
Transferências e subsídios concedidos	1 384 670,50	673 026,44	105,7%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	138 301,69	181 049,14	-23,6%
Fornecimentos e serviços externos	4 604 879,60	4 832 098,63	-4,7%
Gastos com pessoal	4 155 940,43	4 088 208,70	1,7%
Gastos de depreciação e amortização	3 577 096,56	3 395 636,57	5,34%
Provisões (aumentos/reduções)	83 975,02	0,00	100,0%
Outros gastos	70 822,08	558 991,15	-87,3%
Juros e gastos similares suportados	18 650,47	20 233,80	-7,8%
Total dos Gastos	14 034 336,35	13 749 244,43	2,1%

Pela análise do quadro acima referenciado, verificamos que os Fornecimentos e Serviços Externos representam o custo operacional mais significativo, cujo peso relativo é de 33% sobre os gastos totais do exercício, seguido dos custos com pessoal com 30% do total da estrutura de gastos.

No computo dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's), a rubrica mais representativa dos gastos do Município, são os subcontratos. Estes gastos estão fundamentalmente, relacionados com Recolha de Lixo através da VALORLIS [274.287,29€], Limpeza e recolhas de lixos através da SUMA [594.660,46€] e Recolha de Efluentes através da ACL [811.042,61€].

As amortizações e provisões registam 25% do total da estrutura de gastos, constituindo um “custo técnico” sem reflexo nos fluxos financeiros no exercício económico em análise.

Quadro 23 - Evolução dos rendimentos

PROVEITOS	2020	2019	Δ 2020/2019
Impostos, contribuições e taxas	3 775 027,76	3 978 883,55	-5,1%
Impostos	3 327 959,45	3 325 360,90	0,1%
Derrama	500 522,65	471 457,13	6,2%
IMI	1 703 888,00	1 620 547,19	5,1%
IUC	477 230,37	503 626,40	-5,2%
Taxa Municipal de Direitos de Passagem	6 089,35	5 912,24	3,0%
IMT	564 137,52	514 555,98	9,6%
Outros	76 091,56	209 261,96	-63,6%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	447 068,31	653 522,65	-31,6%
Vendas	2 472,80	693,58	256,5%
Prestações de serviços e concessões	596 335,64	599 323,48	-0,50%
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 748 159,04	6 133 551,31	-6,28%
Outros rendimentos	2 163 630,57	1 640 674,42	31,9%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,0%
Total	12 285 625,81	12 353 126,34	-0,5%

A rubrica de impostos, contribuições e taxas teve uma diminuição generalizada, em grande parte, devido à situação socioeconómica que se instalou no nosso país em março de 2020. O Executivo Municipal, consciente dos desafios, aprovou medidas excecionais e temporárias, em resposta aos impactos socioeconómicos que se têm vindo a fazer sentir, nomeadamente a isenção de taxas municipais.

A redução 6,28% na rubrica das transferências e subsídios obtidos, deve-se à alteração imposta pelo SNC-AP, pelo facto de se deixar de reconhecer o valor das transferências de capital do FEF, em rendimentos do exercício. Este valor foi afeto a ativos depreciables, que por sua vez o rendimento é reconhecido ao longo da vida útil dos ativos financiados, estando por esta via reconhecido o valor do rendimento na rubrica outros rendimentos.

O aumento dos outros rendimentos, no montante de 522.956€ está relacionado com a conclusão dos projetos financiados por fundos comunitários, que por sua vez, permitiram o aumento do valor da especialização de rendimentos relacionados com a comparticipação comunitária bem como do reconhecimento do rendimento associado à transferência de capital do art.º 35, n.º 3 da Lei n.º 73/2013.

2.3. Endividamento

Quadro 24 - Dívidas a terceiros

Dívidas a Terceiros (curto prazo)	2020	2019	Var.Valor 20/19	Var. % 20/19
Empréstimos m/l prazo (dívida de curto prazo)	289 566	288 155	1 411	0,5%
Fornecedores c/c.	252 058	354 054	-101 997	-28,8%
Fornecedores Imobilizado	123 051	264 046	-140 994	-53,4%
Estado e Outros Entes Públicos	55 447	80 595	-25 147	-31,2%
Outros Credores	587 008	481 426	105 582	21,9%
Total	1 307 129	1 468 275	-161 146	-11,0%
Dívidas a Terceiros (M/Longo Prazo)				
Empréstimos m/l prazo	1 422 907	1 642 727	-219 820	-13,4%
Total	1 422 907	1 642 727	-219 820	-13,4%

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais, agora designada Regime Financeiro das Autarquias Locais, e pela Lei do Orçamento de Estado, em 31 de dezembro, a dívida da autarquia refletia o valor de 2.730.036€, diminuindo em 12,25% em relação ao exercício anterior.

Apesar dos formalismos que obrigam à apresentação pelas entidades fornecedoras das respetivas declarações não dívida perante a DGCI e a Segurança Social, com consequentes entropias na programação mensal dos pagamentos, os *Prazos Médios de Pagamento* situaram-se nos 13 dias.

A dívida bancária de médio e longo prazo integra uma das componentes do cálculo da dívida total dos municípios. O serviço da dívida representou um encargo total de 260.563,40€ (juros – 14.293,60€ e amortizações – 246.269,80€). É de realçar que os “spreads” aplicados aos empréstimos se mantiveram inalterados. Manteve-se uma boa política de gestão dos passivos financeiros, através do acompanhamento dos fixings das taxas de juro.

2.3.1. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento (Breve Evolução)

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, define no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais no período, corresponde ao total das dívidas a terceiros do balanço do Município no período “n” (dívida a terceiros de médio e longo prazo mais as dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do município no período “n”), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período “n” (que incluem, para além das cauções em posse do Município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria).

Deste modo, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (serviços municipalizados, entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, empresas locais e participadas, cooperativas e fundações) não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Do referido método de cálculo, resulta que a dívida total do Município da Batalha não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de 2020, o montante de 16.137.559,73€. Valor este também comunicado pela DGAL. Sempre que o município não cumpra o limite previsto anteriormente, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III (Entidades intermunicipais)

No quadro seguinte apresenta-se a situação no ano de 2020 do Município da Batalha face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2020, não excede o limite de endividamento.

O valor da dívida total do Município a 31/12 ascende o montante de 2.143.095€, ficando com uma margem face ao limite legal de 13.994.464,63€.

Quadro 25 - Cálculo do Endividamento

Conta	Designação	Saldo Final
2211	Fornecedores – C/C	117 389,84
225	Fornecedores – Faturas conferência	134 667,80
25111	Empréstimos Bancários	0,00
25112	Empréstimos Bancários	1 712 472,41
2421	IRS - Trabalho Dependente	20 551,00
2422	IRS - Trabalho Independente	1 544,51
2436	IVA – a pagar	3 602,69
244*	Imposto selo - OT	51,28
2451111	Caixa Geral de Aposentações	8 959,90
2451119*	Caixa Geral de Aposentações - OT	694,57
2451121	Taxa Social única	14 889,90
2451129*	Taxa Social única - OT	11,93
249	Outras Tributações	1 036,07
249*	Outras Tributações - OT	4 105,42
27111	Fornecedores Imobilizado	89 493,56
27121	Fornecedores imobilizado – Fat. Conf.	33 557,70
2785	Sindicatos	279,76
2751	Fundo Apoio Municipal	8 921,24
2029	Credores Transferências e Subsídios Concedidos	54,32
2771	Depósito de garantia fornec. Imobilizado (cauções)	560 333,05
27892919011	Retenções funcionários	1 005,64
27892919012	Credores Diversos – OT	12 823,76
2789291999	Credores Diversos – Entidades Credoras	3 590,00
Dívida Total (Balanço)		2 730 036,35
Operações não orçamentais (OT)		578 020,01
Fundo Apoio Municipal (exceção dívida total)		8 921,24
Dívida de operações orçamentais (Artigo 52º da Lei n.º 73/2013)		2 143 095,10
Contrib. de outras entidades (artigo 54º da Lei n.º 73/2013) (à data deste calculo não é possível apuramento)		0,00
Dívida Total de operações orçamentais		2 143 095,10
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL		16 137 559,73
Margem face ao limite total		13 994 464,63

* Contas de operações não orçamentais

2.4. Indicadores Económico-Financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo.

No mapa infra encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Quadro 26 - Evolução dos indicadores económico-financeiros

Indicadores	Rácio	2020	2019
Autonomia Financeira	<i>Património Líquido / Ativo</i>	88,91%	91,18%
Solvabilidade	<i>Património Líquido / Passivo</i>	8,02	10,34
Liquidez Geral	<i>Ativo Corrente / Passivo Corrente</i>	1,50	1,06
Liquidez Reduzida	<i>(Ativo Corrente - Inventário) / Passivo Corrente</i>	1,43	0,93
Liquidez Imediata	<i>Disponibilidades / Passivo Corrente</i>	0,48	0,72

CAPÍTULO IV – Contabilidade de Gestão

A contabilidade de gestão, tratando-se de um instrumento de gestão interna, tem vindo a assumir um papel cada vez mais preponderante, uma vez que permite às entidades um maior rigor na gestão dos recursos de que dispõe, de modo a poder administra-los de uma forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos estabelecidos para os serviços a prestar aos cidadãos.

O ano de 2020 foi um ano atípico, devido à pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 (conhecido como Covid-19, nome atribuído pela OMS à doença provocada pelo novo coronavírus), e o Município da Batalha não podia ficar alheio a esta realidade, tendo, por força das circunstâncias, sido forçado a repensar e até a protelar algumas das atividades previstas, por forma a se poder dedicar de forma muito empenhada e atenta ao combate e prevenção da doença no concelho. Para esse fim, foram canalizadas verbas, mão-de-obra e alguns bens.

Na contabilidade de gestão foi criado um centro de custo denominado Covid-19, por forma a ser possível agregar os valores dos gastos afetos ao combate à pandemia, permitindo retratar de forma mais fiável os valores despendidos nesse combate. Por certo, haverá alguns valores que não terão sido alocados a esse centro de custo, dado não haver informação que permitisse inequivocamente efetuar a sua agregação.

Esta contabilidade permite desagregar os custos por bens, serviços e funções, e como tal completa a contabilidade orçamental e contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

1. Análise de Custos por Funções

A contabilidade de custos do município assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL n.º 192/2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 - Contabilidade de Gestão do SNC-AP. Assim, é possível quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planear a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando, deste modo, obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenções: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções, e na prossecução das suas atribuições.

Quadro 27 – Gastos por funções

Código	Descrição	Custos Diretos a Bens e Serviços	Custos Indiretos a Bens e Serviços	Total	Peso %
1	Funções Gerais	1 015 222	2 658 744	3 673 966	32%
111	Administração Geral	388 763	2 515 731	2 904 494	25%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	626 459	143 012	769 471	7%
2	Funções Sociais	1 945 534	4 094 071	6 039 605	52%
211	Ensino não superior	875 062	1 296 937	2 171 999	19%
221	Serviços Individuais de saúde	3 796	72 069	75 865	1%
232	Ação Social	319 364	90	319 454	3%
243	Saneamento	30 536	1 127 860	1 158 396	10%
244	Abastecimento de água	20 527	101 388	121 915	1%
245	Resíduos Sólidos	195	943 983	944 178	8%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	84 620	169 238	253 858	2%
251	Cultura	436 827	127 899	564 727	5%
252	Desporto, recreio e lazer	174 607	254 606	429 213	4%
3	Funções Económicas	1 785 389	145 990	1 931 379	17%
320	Indústria e energia	411 153	83 969	495 122	4%
331	Transportes rodoviários	1 313 833	59 672	1 373 505	12%
341	Mercados e feiras	19 004	2 350	21 354	0%
342	Turismo	41 399	0	41 399	0%
4	Outras Funções	0	0	0	0%
420	Transferências entre administrações	0	0	0	0%
430	Diversas não especificadas	0	0	0	0%
Total custos diretos e indiretos por funções		4 746 144	6 898 805	11 644 949	100%

Assim, de acordo com os dados do mapa de gastos por funções conclui-se que o peso das funções gerais corresponde a 32% do total dos gastos por função, que representam cerca de 3,6 milhões de euros, sendo que este grupo integra os órgãos da autarquia e os seus serviços de apoio, nomeadamente, a área administrativa e financeira, recursos humanos, jurídicos e notariado. As funções sociais representam aproximadamente 6,04 milhões de euros, correspondendo a 52% dos gastos do município. A rubrica do ensino não superior contribuiu com 19% do total dos gastos desta área de intervenção, ou seja, aproximadamente 2,18 milhões de euros, e a do saneamento contribuiu com 10%, cerca de 1,16 milhões euros.

Se analisarmos as funções económicas concluímos que representam 1,93 milhões de euros, sendo a soma das rubricas dos transportes rodoviários e da energia 16% do total das despesas desta área de intervenção, correspondendo a 1,87 milhões de euros.

Os gastos relativos à área de intervenção - outras funções, foram considerados como gastos não incorporáveis na Contabilidade de Custos.

Analisando o total de gastos por função verificamos que os custos diretos a bens/serviços representam 41% do total dos gastos e que os custos indiretos a bens/serviços representam os restantes 59%.

CAPÍTULO V – Proposta Aplicação de Resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício negativo de 1.748.710,54 euros tenha a seguinte aplicação:

- - 1.748.710,54 euros para Resultados Transitados.

CAPÍTULO VI – Impacto da Pandemia – COVID-19

A pandemia Covid-19 gerou uma situação de emergência de saúde pública que atingiu de forma repentina e sem precedentes todos os países, exigindo a adoção de medidas urgentes e excecionais para fazer face à situação epidemiológica e suas consequências.

O Município da Batalha, consciente dos desafios, tomou a dianteira com ações de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da pandemia. E, em resposta aos impactos socioeconómicos que se têm vindo a fazer sentir, foram sendo aprovadas medidas excecionais e temporárias.

Os desafios que se colocaram em 2020 tiveram um impacto muito significativo, quer do lado da despesa, quer do lado da receita, com o Município de Batalha.

O Município da Batalha assumiu um papel muito relevante na implementação das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia, abrangendo uma multiplicidade de respostas de que foram beneficiárias as famílias, as empresas e as instituições.

Dando continuidade às orientações da OMS e da DGS, o Município da Batalha elaborou, em 2020, um pacote de medidas de contenção, das quais destacamos:

Máscaras solidárias para todos

O Município da Batalha, em colaboração com as empresas de confeção e comércio disponibiliza gratuitamente máscaras e outros materiais de proteção para residentes e trabalhadores no concelho

da Batalha. Ao abrigo deste programa, O Município da Batalha cedeu, em 2020, mais de 400.000 unidades de máscaras de proteção individual.

Testes Serológicos Gratuitos

A Câmara Municipal da Batalha facultou à sua população, a partir de junho de 2020, a possibilidade de realização de testes serológicos gratuitos, capazes de avaliar com elevada precisão o número de potenciais infetados, ou o número de pessoas que possuíam anticorpos para a doença.

Este projeto inseriu-se na prossecução da estratégia de prevenção no contexto da pandemia da COVID-19, com o intuito de prevenir o risco de contágio na comunidade e salvaguardar a atividade económica concelhia, com prioridade para os sectores mais sensíveis da construção, transportes internacionais, restauração e hotelaria.

Apoio ao Comércio Local e às Famílias

- Isenção de taxas e rendas de todos os espaços concessionados pelo Município, incluindo lojas, quiosques e estabelecimentos de alojamento (*hostel*), todos os operadores existentes nas diversas áreas no mercado municipal e espaços físicos (gabinetes individuais e *coworking*) da Casa do Conhecimento e da Juventude, bem como assim os valores das taxas de ocupação de espaço público pelo comércio, restaurantes, cafés e pastelarias, inclusive na ampliação do espaçamento das esplanadas;
- Estacionamento gratuito;
- Cabazes de Natal Solidários distribuídos a famílias carenciadas como medida de apoio social e com o objetivo estimular o comércio local, gravemente afetado pela crise económica fruto da atual pandemia, adquirido os produtos a constituir os respetivos cabazes a diversos agentes económicos do concelho, tendo sido distribuídos cerca de 700 cabazes;
- Foi instituído o Cartão familiar por forma de apoiar as famílias mais carenciadas atribuindo cartões tipo “ticket restaurante”, que podem ser utilizados numa vasta rede de estabelecimentos do setor da restauração e/ou alimentação;
- Programa de comparticipação de medicamentos que tem como objetivo apoiar a aquisição de medicação com receita médica do Serviço Nacional de Saúde (SNS) a pessoas idosas em situação de carência económica e cuja qualidade de vida depende da necessidade generalizada da utilização de medicamentos;
- Disponibilização à população mais idosa de serviço de entrega ao domicílio de produtos alimentares, medicamentos ou gás;
- Isenção de pagamento de mensalidades relativos aos serviços de Atividades Ocupacionais e Centro de Atividades de Tempos Livres dos estabelecimentos de Ensino Públicos, sob gestão direta do Município da Batalha

Apoio às Empresas

- Programa de apoio à formação e planos de contingência;
- Suspensão do corte no abastecimento, descontos, isenções de tarifas, aplicado aos serviços de Água, Saneamento e Lixos;
- Programa de apoio ao trabalho temporário;
- Linha de apoio aos empresários/comerciantes, esclarecimento de dúvidas e apoios pontuais.

Apoio às Instituições

Antecipação de subsídios e apoios previstos no âmbito da Proteção Civil:

- Bombeiros Voluntários;
- Hospital N. Sra. da Conceição (Batalha);
- Centro Hospitalar de Leiria;
- Suspensão do corte no abastecimento, descontos, isenções de tarifas, aplicado aos serviços de Água, Saneamento e Lixos.

CAPÍTULO VII – *Considerações Finais*

O nosso agradecimento a todos os órgãos da câmara municipal, executivo e assembleia municipal, utentes, organismos da administração pública, central e regional, associações, e fornecedores, que contribuíram, decisivamente, para a realização de projetos, iniciativas e atividades promovidas pelo município. Aos nossos Colaboradores deixamos uma palavra de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, contributo fundamental para o crescimento sustentado do concelho da Batalha, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.

Paços do Concelho, 26 de maio de 2021

O Presidente da Câmara Municipal da Batalha

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos